

Violência

O tema da violência é recorrente nos estudos que tratam o tema do acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Estudos indicam que essa população está mais exposta ao fenômeno, desde o ambiente familiar, passando pelas comunidades e contextos de vulnerabilidade onde circulam, até as instituições de acolhimento (BRAGA; DELL'AGLIO, 2012).

Esse grupo estaria, portanto, mais suscetível aos riscos psicossociais relacionados à violência. Nesse sentido, a capacitação, as supervisões periódicas e o estabelecimento de critérios mais definidos para a contratação dos profissionais que atuam nas unidades de acolhimento especializadas no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência são fundamentais. Além disso, só uma rede intersetorial seria capaz de oferecer a assistência necessária a esse grupo, inclusive ofertando atenção psicossocial, de modo a possibilitar às crianças, e particularmente aos adolescentes, oportunidades para um amadurecimento emocional, desenvolvendo um sentido de autonomia, que lhes será vital após o desligamento institucional. Acredita-se que a negligência ou o abandono das famílias, a ausência de recursos materiais, a fragilidade dos laços afetivos, entre outros fatores podem levar a uma dependência socioemocional dos acolhidos em relação à rede de assistência social. Muitos manifestam o desejo de permanecer institucionalizados, através de seu ingresso nas forças armadas, policiais ou mesmo através de sua permanência na própria rede de acolhimento (BOTELHO; MORAES; LEITE, 2015).

A identificação da violência pelas crianças e adolescentes acolhidos aparece em seus depoimentos de forma pontual e concreta e basicamente relacionada aos âmbitos intrafamiliar e comunitário. Eles também identificam diferentes tipos de atos violentos, como bater (física), tratar mal (psicológico) e abuso sexual (sexual), mas têm dificuldade em reconhecer ou admitir ter vivido situações de violência. Discutir esses processos de vulnerabilização, suas causas e consequências, em espaços seguros, pode contribuir para que crianças e adolescentes aprendam a se expressar livremente e fortaleçam seu potencial como agentes transformadores. Essa proposta não pode ser dissociada das necessárias mudanças e do aprimoramento das políticas públicas de atenção a essa população, o que pressupõe uma mudança de mentalidade por parte da sociedade como um todo e, particularmente, dos profissionais que atuam junto a esse grupo (CARINHANHA; PENNA, 2012).

No caso da violência intrafamiliar, tema que causa desconforto entre aqueles que atuam na rede de assistência a crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 1993), ela ocorre em diferentes classes sociais e está relacionada à posição de poder do

adulto frente à criança, podendo ser física, sexual, psicológica, bem como na forma de “negligência”. Ela não deve ser entendida como um fenômeno biológico nem exclusivamente decorrente de disfunções sociais, e sim como resultado da interação entre fatores individuais (biológicos e psicológicos) e sociais (econômicos, políticos e culturais). Enquanto fenômeno multifacetado, a violência é social, histórica e, portanto, capaz de ser controlada e erradicada, caso haja vontade política para tal (SILVA; VOGEL; VIRGÍLIO, 2001). O reconhecimento dos fatores associados à violência intrafamiliar possibilita atuar preventivamente, mitigando suas consequências sobre os membros da família. Nesse sentido, o cuidado deve ser destinado às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, mas também ser estendido às famílias, atendendo vítimas e agressores (GABATZ ET AL., 2010). Recomenda-se que esse olhar mais sensível às famílias se volte especialmente às mães, que podem sofrer dupla violência, em relação a seus companheiros e com o afastamento dos filhos. Assegurar maior autonomia para que essas mulheres possam criar seus filhos em condições adequadas e em segurança deveria fazer parte das ações de redes de apoio operativas intersetoriais que promovessem programas e ações de assistência qualificada às famílias (CLETO; COVOLAN; SIGNORELLI, 2019).

Especificamente sobre as unidades de acolhimento voltadas às vítimas de violência, foram identificados alguns desafios quanto ao respeito à individualidade, a inserção na comunidade e, em menor proporção, acerca da aplicação de punições para a disciplinarização de crianças e adolescentes. É preciso reforçar o caráter protetivo que essas instituições devem ter, não só na preservação física dos acolhidos, mas também cuidando de seu bem-estar psicossocial (PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007). Para isso, medidas simples como o estabelecimento de espaços individuais (como camas e armários), a manutenção de pertences trazidos no processo de acolhimento e a realização de atividades junto às famílias e outras organizações presentes na comunidade de origem dos acolhidos são alternativas que devem ser consideradas.

Nessas instituições, os protocolos de atendimento são fundamentais e o lúdico pode ser uma estratégia de cuidado para crianças e adolescentes vítimas de violência, contribuindo para que eles se sintam mais fortalecidos e autoconfiantes. Para isso, se faz necessária a implantação de locais adequados para o desenvolvimento das atividades, a aquisição de materiais para esse fim e a capacitação de pessoas que se comprometam com essa atividade. É importante que as crianças e os adolescentes expostos à violência não sejam limitados ao papel de vítima, assegurando-lhes participação nas diferentes linhas de cuidado adotadas na instituição. Suas perspectivas, necessidades e desejos precisam ser escutados e considerados nos processos de avaliação do serviço e de adequação das ações ofertadas. Diante do despreparo

identificado pelos autores analisados em parte das instituições pesquisadas, mais uma vez destaca-se a importância da articulação das instituições de acolhimento com os demais serviços da rede de proteção, a criação de fluxos de atendimento e a orientação e capacitação dos profissionais que atuam junto a esse grupo (SALOMÃO; WEGNER; CANABARRO, 2014; GIACOMELLO; MELO, 2011). Os vínculos afetivos e a confiança estabelecida entre acolhidos e profissionais e, em alguns casos, o caráter religioso das instituições podem atuar como fatores de proteção e promoção da saúde física e mental de crianças e adolescentes (CARLOS ET AL., 2013).

